

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2002**

-----Aos dezoito dias do mês de Outubro de dois mil e dois, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Srs. Fernando Eduardo Marques Antunes e José Carlos Ferreira Ezequiel, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1. Desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal - Parcela de Terreno com a área de 62,5 metros quadrados cedida do lote 772 da Boa Água 1;**-----

-----**2. Lançamento de Derrama sobre a Colecta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) para o ano de 2003.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Américo Manuel Machado Gegaloto, José Carlos Ferreira Ezequiel, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, João Paulo Marques Dionísio, Sérgio Paulo Gomes Pereira, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Joaquina Odete Martins da Graça, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Fernando Eduardo Marques Antunes, José Henrique Peralta Polido, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Germano Oscar Amorim Barros, Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício, Maria de Jesus Amiano Marques, Júlio Alves Joaquim, José Fernando Brito Andrade, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz.-----

-----Comprovada a existência de quorum, vinte e três presenças e uma ausência a do Membro Aires Patrício Fernandes Lisboa, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas e cinco minutos.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente Manuel José Cardoso Alves Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, Manuel Adelino Bernardino e José Manuel Lobo da Silva.-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou depois que a acta da Assembleia

Municipal de 3 de Maio havia sido enviada aos Líderes de Bancada, conforme estipulava o Regimento, pelo que perguntava se haviam algumas sugestões de alteração a fazer. -----

-----Não havendo nada a opor, o texto final da acta foi considerado aprovado. -----

-----Disse depois que gostaria que reservassem nas agendas o dia 29 de Novembro para a realização da próxima sessão da Assembleia Municipal. Já tinham dado entrada nos serviços dois assuntos a agendar na Ordem de Trabalhos, uma Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia e um Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Imóveis. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, o Presidente da Assembleia Municipal informou que ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, tendo o Membro Carlos Afonso solicitado o uso da palavra para, em nome da Bancada da CDU, se congratular pelo ofício do Grupo Desportivo de Sesimbra sobre a adjudicação da 1ª. Fase da Obra de "Construção da Piscina e Sala de Desporto", tendo perguntado se a Câmara tinha apoiado o Grupo nalgum grupo de trabalho naquela fase do processo. -----

-----Solicitou depois uma cópia do ofício da Câmara sobre a proposta de cooperação com as Juntas de Freguesia em matéria de educação, material de limpeza e expediente. -----

----- Pediu depois à Câmara, à semelhança do que já tinha sido feito há uns dois anos atrás, que fizesse chegar um relatório à Assembleia Municipal para esta saber qual a correspondência entre a Câmara e as Juntas de Freguesia nos termos das delegações que a Assembleia entretanto autorizara.

-----Aberto o Período “Antes da Ordem do Dia” usou da palavra o **Membro Odete Graça** que considerou um acto de mau gosto o facto de um munícipe na última sessão da Assembleia Municipal ter tido uma expressão menos correcta quando um elemento da sua Bancada falou relativamente à ajuda do microfone. Devia haver um relacionamento de respeito mutuo entre a Assembleia e o público -----

-----**O Presidente da Assembleia** esclareceu que na altura não fizera a interpretação que realmente a expressão do Munícipe podia ter porque senão teria chamado a atenção. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Sandra de Carvalho** que apresentou a seguinte Moção:

-----"**SOBRE A CONDENAÇÃO À MORTE DE AMINA LAWAL NA NIGÉRIA** -----

-----*Atendendo que:* -----

-----1. *Amina Lawal, uma mulher nigeriana de 30 anos, foi condenada à morte por delapidação, por um Tribunal da Charia, em Março de 2002, no Estado de Katsina (Nigéria). A acusação fundamentou-se no facto de Amina ter ficado grávida já depois de divorciada. Naquele Estado a gravidez fora do casamento constitui prova suficiente para que uma mulher seja considerada culpada de adultério, a sentença foi confirmada pelo Tribunal de Recurso da Charia nesse Estado, em 18 de Agosto de 2002, tendo entretanto, Amina recorrido para o Supremo Tribunal da Charia nesse Estado. A sentença deverá ser aplicada em 2004 após ter terminado a amamentação do bebé, que nasceu no início do ano em curso. Acresce que Amina não teve acesso a advogado da primeira fase do julgamento e que só com a ajuda de diversas organizações humanitárias e de direitos das mulheres teve acesso a apoio judiciário para efeitos de recurso.*-----

-----2. *Nos últimos anos têm-se verificado, ao abrigo da Charia aplicada em 12 Estados do Norte da Nigéria, condenações à morte, bem como a aplicação de castigos, tais como flagelações públicas e amputações.*-----

-----3. *A aplicação da pena de morte viola, claramente, a Constituição da Nigéria que garante o direito à vida, proíbe o recurso à tortura e outros castigos cruéis, desumanos e degradantes, garante o direito a um julgamento justo. Viola, também, os compromissos internacionais do Estado nigeriano que é signatário, nomeadamente, do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e da Convenção sobre a Tortura e outras Penas e Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes.*-----

-----4. *Diversas organizações e instituições internacionais denunciaram já a condenação à morte de Amina Lawal e apelam à mobilização da opinião pública internacional para que se pronuncie, estando em curso um importante conjunto de acções, visando a anulação da sentença de condenação à morte de Amina Lawal. O Parlamento Europeu aprovou, no início de Setembro, uma resolução sobre o caso de Amina Lawal.*-----

-----Assim, esta Assembleia Municipal resolve:-----

----- *Apelar junto das mais instâncias governamentais da Nigéria e do Governador do Estado de Katsina, para que a sentença de condenação à morte de Amina Lawal seja anulada, por constituir uma clara violação dos direitos humanos, do direito internacional, da própria Constituição da Nigéria e dos compromissos internacionais do Estado nigeriano;*-----

----- *Expressar a sua oposição categórica à pena de morte em quaisquer circunstâncias e*

contra penas e castigos degradantes, cruéis e desumanos; -----

----- Transmitir, com a maior brevidade possível, o presente apelo ao Presidente do Governo, Parlamento da Nigéria, ao Governador do Estado de Katsina, ao Embaixador da Nigéria em Portugal, ao Secretário-geral da ONU, ao Conselho, Comissão e Parlamento Europeu."-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que gostaria de fazer uma pequena intervenção sobre o PIDDAC de 2003, no que se referia ao Concelho de Sesimbra. O conjunto de propostas e projectos que se encontravam inseridos no projecto para 2003 não contemplavam alguns projectos e planos que constavam do anterior PIDDAC e que considerava de máxima importância para o desenvolvimento do Concelho, nomeadamente a questão da Escola Básica da Boa Água, o Quartel da GNR de Sesimbra, o Centro de Saúde de Sesimbra, as Variantes ao Porto de Abrigo e a Santana, bem como o nó desnivelado da Estrada Nacional 10 na Quinta do Conde. Estas obras pela importância que assumiam para o Concelho deveriam merecer um esforço da parte da Assembleia Municipal junto dos órgãos do poder central no sentido de ver até que ponto é que seria possível contemplar algumas delas porque eram obras que faziam falta ao Concelho e se encontravam em fase de poderem avançar, ao contrário de algumas outras que estavam inseridas no PIDDAC 2003 que muito dificilmente poderiam ter luz verde dado o estado de organização do próprio projecto. -----

-----Apresentou depois a seguinte Moção: -----

-----"A Assembleia Municipal de Sesimbra vê com apreensão, não constarem do PIDDAC de 2003, projectos que se encontravam inseridos no de 2002 e que se assumem de prioritária importância para o desenvolvimento do Concelho, nomeadamente: A Escola Básica Integrada da Boa Água; o Quartel da GNR de Sesimbra; o Centro de Saúde de Sesimbra; as variantes ao Porto de Abrigo e a Santana; bem como o nó desnivelado da EN 10 na Quinta do Conde.-----

-----A Assembleia Municipal solicita por isso aos Órgãos do Poder Central que o PIDDAC de 2003, possa contemplar as referidas obras de forma a poder ser assegurado o desenvolvimento do nosso Concelho, nessas áreas de intervenção."-----

-----Seria uma moção a enviar ao Sr. Primeiro Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

----- Falou em seguida o **Membro Carlos Afonso** que perguntou à Câmara qual o ponto de situação da Fortaleza de Santiago. Solicitou depois que a Câmara fizesse um balanço sucinto sobre

a época balnear, em termos de ocupação, turismo, parque de campismo, estacionamento, uma vez que havia o sintoma de que este ano não tinha sido tão bom como o dos anos anteriores. -----

-----Outra questão era para quando a erradicação de alguns abrigos de paragem que davam um ar de país terceiro mundista. -----

-----Relativamente à moção sobre o PIDDAC iria solicitar a interrupção dos trabalhos por dois ou três minutos para acrescentar qualquer coisa porque era uma situação preocupante. -----

-----O Ministro das Cidades, há dois dias atrás dizia nos órgãos de comunicação social que o PIDDAC 2003 era um plano real para cumprir e que aquilo que não fora feito em 2002 tivera a ver com alguma intervenção do Governo anterior que ao estabelecer protocolos com n municípios tinha zero em termos de capitalização para investimento dentro desses protocolos, e o que era um facto era que o PIDDAC 2002 tinha para Sesimbra uma série de obras e numas não se gastara nada, noutras gastara 1000 euros para manter a rubrica em aberto, e agora para 2003 muitas obras importantes para o Concelho iriam ficar a zero. Gostaria de ouvir a Câmara falar sobre o assunto para se tomar uma posição. -----

-----**O Membro Brito Andrade** referindo-se à exposição das escolas sobre o transporte de alunos perguntou à Câmara se era verdade que os funcionários camarários tinham aquelas regalias em prejuízo dos alunos. -----

----- Perguntou também se a Câmara tinha tomado providências sobre os assaltos aos alunos no caminho de casa. -----

-----Disse depois que haviam câmaras que já tinham aprovado verbas para apetrechar o ensino do 1º. Ciclo, pré-escolar e outros e estavam colaborando dando manuais aos estudantes, tendo perguntado se a Câmara Municipal de Sesimbra já o fazia ou pensava vir a fazê-lo. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Sandra Carvalho** que disse que a Assembleia Municipal aprovara um empréstimo, cujo principal destino era o pagamento a fornecedores, pelo que gostava de saber o ponto de situação. -----

----- Perguntou depois como é que estava a decorrer o levantamento interno à Câmara para se evitar o pedido de auditoria. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que se congratulou por ter sido alcatroado o troço que ligava a estrada 378 ao Jardim de Santana, mas constatara que eram estacionados carros no cimo da via que não só dificultavam a passagem como criavam problemas

de visibilidade, pelo que solicitava à Câmara uma intervenção dentro da medida do possível. -----

-----Falou depois o **Membro Brito Andrade** que referindo-se ao cruzamento no Marco do Grilo na escapatória para a Quinta do Conde, disse que a mesma estava larga de mais e estando 6 carros parados para virar à esquerda, o caminho para Sesimbra e para a Lagoa ficava cortado. -----

-----Disse depois que na última sessão fora dito pela Câmara que não tinha piquetes para roturas de água pelo que perguntava se não seria mais caro para a autarquia as percas de água. Lisboa perdia 40%, tendo perguntado à Câmara quanto perdia de água e quanto isso representava em dinheiro. O que poupasse poderia reverter a favor do consumidor, pagando menos.-----

-----Prosseguiu dizendo que havia uma construção prevista para casamentos na Rua 25 de Abril nas Fontainhas que já demorava cerca de 3 anos e ia no terceiro andar, tendo perguntado se teria licença. -----

-----Por fim perguntou em que situação se encontrava o silo auto previsto para Sesimbra. -----

-----O **Membro João Paulo Dionísio**, referindo-se à chamada rotunda do “pingo doce”, disse que por falta de iluminação já assistira a acidentes, não graves felizmente, de carros que travavam bruscamente porque não viam as placas de sinalização e seguiam em frente porque queriam seguir para Setúbal.-----

-----Disse depois que na estrada da falésia haviam placas a proibir vazar entulho mas algumas pessoas continuavam a depositar entulho destruindo a vegetação. Gostava que na medida do possível fosse tomada uma posição sobre o assunto.-----

-----Por fim disse que numa conversa com amigos o haviam alertado para o facto de as ruas de Sesimbra não se encontrarem muito limpas. -----

----- Usou depois da palavra o **Membro Américo Gegaloto** que disse que queria deixar algumas questões em termos de reflexão, nomeadamente qual o futuro da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal face à aprovação da nova legislação que impossibilitava de alguma forma a existência da própria associação, sabendo-se que era vital a sua existência e que a permanência do Município de Sesimbra naquela Associação inviabilizava a participação noutra tipo de associação de Municípios com fins específicos, por o Município de Sesimbra pertencer à Área Metropolitana de Lisboa.-----

-----A Assembleia Municipal já recebera diversa documentação e ele tivera o cuidado de a solicitar. Entendia que dado que a AMDS tinha sido uma das pioneiras merecia o chamado regime

de excepção.-----

-----Falou depois sobre uma questão que preocupava todos os sesimbrenses que era a questão das pescas. Era um problema que não era novo e tinha a ver com alguma concorrência desleal da parte dos operadores espanhóis que colocavam cá o peixe com muito mais rapidez, noutras condições. Na notícia do jornal que lera vinha uma fotografia de quase página inteira onde era referido que "pescadores em desespero, atiram toneladas de peixe ao mar". Dado que ao nível da União Europeia se vivia um período de afirmação e de alteração da política da PAC convinha chamar a atenção para aquela situação porque atirar o peixe ao mar naquelas condições era quanto a si um crime ambiental. Deviam ser tomadas medidas quanto ao controle de alguma actuação desleal, bem como a actuação da Docapesca. -----

-----Era preferível meter o dedo da ferida do que simplesmente ignorar. -----

-----Referindo-se depois ao problema da toxicodependencia que era um problema com o qual ele lidava todos os dias, disse que era uma realidade do Concelho com a qual as pessoas se viam confrontadas, designadamente na Quinta do Conde, local onde não existiam autos de contra-ordenação na entidade que presidia. Não era por falta de esforço de sensibilizar as polícias que as coisas aconteciam. Entendia que havia alguma limitação logística da própria polícia. Este era um problema latente e antes que fosse um problema muito grande devia-se atacar. Apareciam muitos mais processos de contra-ordenação de Sesimbra do que da Quinta do Conde. -----

-----Por fim referindo-se à Av. 1º. de Maio na Quinta do Conde disse que na primeira passeadeira existia uma banda sonora mas na segunda já não existia e o trajecto que ía da primeira passeadeira ao final da avenida era muito superior ao primeiro, pelo que considerara que seria útil chamar a atenção da Câmara para o facto, dados os acidentes ocorridos. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que referindo-se à proposta apresentada pelo Membro Miguel Bastos sobre o PIDDAC, disse que qualquer uma das obras referenciadas eram extremamente importantes para o Concelho e que há muitos anos o Concelho reclamava. A sua Bancada concordava com a apreciação que era feita relativamente à necessidade de execução das obras, lamentava era que qualquer uma delas fazendo falta há tantos anos não tivesse sido sequer iniciada apesar de estarem consignadas anos consecutivos em PIDDAC. Muitas vezes as obras eram inscritas em PIDDAC pela pressão das Câmaras, Partidos, deputados, ministros, mas sabia-se à partida que não eram para realizar mas sim para chegarem às

terras e dizerem que tinham conseguido as obras.-----

-----Na situação em que o País se encontrava devia-se ser realista e definir algumas prioridades nacionais e regionais e ficaria muito preocupado se olhasse para o PIDDAC para o Concelho de Sesimbra e não tivessem inscritas verbas nenhuma ou que as verbas inscritas não se destinassem a obras importantes. A olhar o que estava inscrito para Sesimbra destacava uma obra extremamente importante e que na situação em que se encontrava o País se devia fazer algum esforço para que a obra se concretizasse, como por exemplo a extensão de saúde da Quinta do Conde. Era uma obra que estava inscrita com cerca de 937 mil euros, que tinha para o próximo ano mais 844 mil euros o que significava que havia ali, pela verba inscrita, uma intenção real de poder avançar com a obra que a população da Quinta do Conde há muitos anos reclamava.-----

-----Também estava inscrito em intervenções no Concelho de Sesimbra para conservação e manutenção do parque escolar 291.500 euros. O PIDDAC não privilegiando obras novas tinha preocupação na conservação nas escolas que já existiam.-----

-----Existia uma obra cujo valor não era muito significativo, 25 mil euros, mas provavelmente seria o necessário relativamente à Capela do Espírito Santo, que merecera uma primeira página no Boletim da Câmara Municipal. Esperava ver no próximo Boletim Municipal uma fotografia da Capela a dizer que o Estado já tinha dinheiro. Na sequência da tal verdade que se devia transmitir à população. -----

-----Ainda estava inscrita uma verba de 280.976 euros para o Centro Infantil do Centro Comunitário da Quinta do Conde, e uma verba, que não sendo significativa, eram 48.800 euros para o Quartel da GNR da Quinta do Conde. -----

-----Gostaria muito de ver todas as obras enunciadas pela Bancada do PS inscritas em PIDDAC, sentia que eram obras extremamente importantes e necessárias para o Concelho, mas se calhar preferia vê-las de fora com a garantia de que as verbas que estavam inscritas eram cumpridas. -----

-----Devia-se optar por um PIDDAC realista em vez de um PIDDAC folclórico onde se metia um conjunto de obras que à partida já se sabia que não iriam ser cumpridas. Tanto maior seria o grau de exigência de cumprimento do PIDDAC, quanto maior o próprio Governo declarava que era para cumprir. -----

-----Apesar de considerar que as obras eram prioritárias, a sua inscrição poderia eventualmente ser para enganar o pagode. Se efectivamente fosse para cumprir o que estava inscrito poder-se-ia

ficar satisfeito pela sua realização integral.-----

-----Devia-se fazer pressão política no sentido de inscrever verbas no PIDDAC, mas que elas fossem inscritas com a garantia de serem cumpridas e não como acontecera no passado. -----

-----O **Membro Augusto Duarte** referindo-se a uma intervenção de um representante da Liga dos Amigos da Quinta do Conde na última sessão da Assembleia Municipal disse que aquele munícipe mentira porque pedira uma reunião com a Junta que se realizara e o que perguntara fora que projecto estava a ser executado para o jardim do Auditório da Boa Água. Fora explicado pela Junta que estava a colocar um parque infantil que já estava aberto ao público e também informara que havia um projecto da Câmara Municipal de Sesimbra em colaboração com a Junta para aquela área, ou seja quando o saneamento básico estivesse nas duas artérias que pertenciam ao parque e ao jardim, a Câmara iria executar a obra.-----

-----Relativamente às obras em PIDDAC, disse que haviam outras obras importantes que não constavam em PIDDAC, como as piscinas da Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde, já com projecto aprovado na CCR, a passagem desnivelada da Quinta do Conde, Escola Básica Integrada da Quinta do Conde, sobre a qual a Câmara assinara um protocolo com o Ministério da Educação com a cedência dos terrenos para a sua construção no ano de 2001. Os políticos do PSD da Quinta do Conde debatiam-se devido à carência de escolas naquela área mas não inscreviam a verba em PIDDAC. -----

-----O **Membro Carlos Afonso** perguntou ao Membro Carlos Filipe se dava o benefício da dúvida ao PIDDAC 2003, porque o Ministro dizia que aquele iria ser um plano real. Ele não acreditava e tinha exemplos com concursos abertos que eram metidos na gaveta de obras importantes para o Concelho e não se sabia porquê, protocolos firmados cujo futuro se desconhecia. Aquando da discussão do Orçamento das Opções de Estado haviam muitas propostas em PIDDAC indicadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, que eram rejeitadas pelo PS ou pelo PSD e por vezes davam um nome diferente e apresentavam como sendo propostas por outro Grupo Parlamentar. -----

-----O **Membro Carlos Filipe** respondeu dizendo que muitas rubricas do orçamento do estado eram discutidas na Assembleia da República com pressões daqui e dali, e a Assembleia tinha a possibilidade, negociando com o Governo, de colocar ou não mais obras, mas isto era a parte folclórica da questão. Porque aquilo que vinha como projecto do Governo era aquilo que se entendia como possível. -----

-----Assistira-se durante anos e anos a verbas inscritas em PIDDAC e gastara-se zero. Gostaria de ver em PIDDAC todas as obras referidas na Moção mas que fossem efectivamente para serem realizadas.-----

-----Sendo um PIDDAC realista aumentava o grau de exigência relativamente à sua execução. Se no próximo ano se verificasse que o PIDDAC não era cumprido o PSD colocar-se-ia numa posição de crítica. Se agora era dito que o que estava inscrito era para cumprir então mais valia aquele do que uma montanha de obras e se concluir que a montanha paria um rato. Até para aumentar o grau de exigência poder-se-ia dizer que se queriam aquelas obras cumpridas.-----

-----O **Membro Miguel Bastos** disse que não punha em causa a seriedade que o Governo pudesse ter nas suas intenções em relação às obras inscritas em PIDDAC e obviamente ele preferia que cumprissem o que estava inscrito do que colocassem 20 ou 30 e não cumprissem nenhuma. Mas haviam obras referenciadas na sua Moção que não eram realizadas há tempo demais e as culpas assumissem cada Partido, incluindo o seu. A sua proposta era no sentido de apelar a que as forças políticas na Assembleia da Republica e o Governo repensassem a proposta que tinham para o Concelho de Sesimbra e vissem se era possível ou se as obras que estavam inscritas eram na realidade as prioritárias. -----

-----Era completamente diferente inserir um Centro de Saúde de uma determinada zona que estava em condições para avançar ou inserir outro que não. Não estava ali com nenhuma política demagógica da sua parte no sentido de obrigar o quer que fosse, estava apenas a considerar que o Concelho devia continuar a alertar os órgãos de poder central de que sozinho não tinha capacidade para a realização de determinadas obras e que via com tristeza serem retiradas do PIDDAC essas mesmas obras para o próximo ano. -----

-----A sua Bancada estaria ali para aplaudir o Membro Carlos Filipe se no próximo ano todas as obras inscritas pelo actual Governo em PIDDAC fossem realizadas. -----

-----O **Membro Carlos Filipe** disse que considerando que se estava numa situação de aperto nacional e que as obras apresentadas na moção eram de grande importância, e uma vez que a apreciação que era feita era que em PIDDAC existiam obras que não tinham a mesma importância, entendia que a Assembleia pudesse fazer uma recomendação de retirada de algumas obras em substituição de outras. -----

-----O **Membro Miguel Bastos** disse que não via inconveniente em se avançar com uma

proposta daquele tipo mas teria de ser feita hoje. Se se avançasse com a obra do Centro de Saúde seria muito mais caro para o Governo do que a da Quinta do Conde que estava numa fase mais atrasada em termos de projecto e de execução do que o de Sesimbra. -----

-----O **Membro Felix Rapaz** disse que mudavam-se os tempos, mudavam-se as vontades. Se o Governo fosse do PS, o Membro Carlos Filipe diria tudo e mais alguma coisa, e agora via-o muito condescendente na atitude para com o Governo. Sesimbra fora muito flagelada pelo PIDDAC. Sesimbra tinha a crise das pescas, estava a viver uma crise no turismo, para não falar de outras crises. Os sesimbrenses deviam defender o seu Concelho. Alberto João Jardim não tinha qualquer problema em dizer as coisas fosse um governo do PS ou do PSD. -----

-----O **Membro Carlos Filipe** disse que se devia defender aquilo em que se acreditava.-----

-----Podia estar a ficar esquecido mas não se recordava de ouvir a Bancada do PS falar sobre o PIDDAC em anos anteriores, mas achava bem que falassem agora, estavam no seu direito. Se o Governo dizia que era um PIDDAC rigoroso ele seria o primeiro a fazer barulho se o Governo não cumprisse. A sua Bancada está a dar o benefício da dúvida.-----

-----Relativamente ao PIDDAC de 2002 a sua previsão de execução para Sesimbra era apenas de 773.648 euros e o que estava inscrito em PIDDAC para o ano de 2003 no Concelho de Sesimbra era de 1.909.750 euros, ou seja, se rigorosamente fosse cumprido o PIDDAC relativamente à execução prevista para este ano, então poder-se-ia dizer que o PIDDAC duplicara, considerando, com rigor, que aquela era a verba disponível. Defendia a posição do seu partido com alguma convicção e esperança que efectivamente o PIDDAC era para se cumprir. -----

-----O **Membro Miguel Bastos** disse que o Membro Carlos Filipe não se lembrava que a proposta para o avanço do Centro de Saúde da Quinta do Conde fora reclamada pela sua Bancada e apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS a pedido da sua Bancada na Assembleia da República e fora aprovada com os votos do PS e abstenção das outras bancadas no ano passado -----

-----Se se fosse buscar PIDDAC's de anos anteriores era evidente que haviam obras sobre as quais se tinha dificuldade.-----

-----Disse depois que voltava a referenciar que a intenção da sua Bancada não era exigir fosse o que fosse nem incluir no PIDDAC obras “para inglês ver”, mas sim solicitar a quem manejava aquelas questões que visse se era possível que determinadas obras consideradas importantes fossem executadas, e isto não tinha que ser visto numa visão estrita de concelho, podia haver um concelho

limítrofe que tivesse um projecto de um centro de saúde e que o Governo ou a Assembleia da República considerasse que Sesimbra se encontrava numa situação mais pertinente, por exemplo o da Costa da Caparica não se justificava de momento e portanto poder-se-ia alterar. Portanto só quem tinha os dados de todo o problema é que o poderia resolver. Já dissera que aplaudiria o Membro Carlos Filipe de Oliveira se fosse executado aquilo que estava prometido porque estava na Assembleia Municipal para que as populações fossem servidas da melhor forma possível. -----

-----**O Membro Odete Graça** disse que existia uma posição que lhe parecia clara apresentada pelo PS que no fundo não estava em desacordo com a generalidade das questões que a sua Bancada colocara e solicitava a interrupção por alguns minutos no sentido de serem feitos alguns acertos à Moção. -----

-----**O Presidente da Câmara** disse que quando o Executivo tivera conhecimento do PIDDAC para 2003 ficara muito preocupado porque as obras mais importantes para o Concelho, que só haviam sido integradas a partir de 1999, hoje não constavam do PIDDAC para 2003, como o Quartel da GNR, com obra posta a concurso a 1 de Agosto de 2001, em condições de ser adjudicada, obra que pressupunha que logo que realojada a guarda fiscal a Fortaleza fosse entregue à Câmara a título precário de acordo com o ofício da Direcção-Geral de Património de Fevereiro de 1998, Centro de Saúde de Sesimbra com projecto aprovado e com terreno em condições da obra ser posta a concurso, Variantes a Santana e ao Porto de Abrigo, com projecto a decorrer, Nó desnivelado da Quinta do Conde com projecto em curso. -----

-----Felizmente a Extensão de Saúde da Quinta do Conde não havia sido retirada. Já fora explicado como a obra fora incluída em PIDDAC e actualmente existia toda a pressão exercida pela Comissão de Utentes de Saúde da Quinta do Conde, Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Câmara, e por todos os autarcas para que a obra se iniciasse quanto antes pela importância que tinha para a Vila da Quinta do Conde face ao crescimento demográfico dos últimos anos e à falta de condições de prestação de cuidados de saúde daquela unidade. -----

-----Assim que recebera a comunicação do PIDDAC solicitara reuniões ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna e ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Obras Públicas para debater o assunto e não solicitara ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde uma vez que ele, a Vereadora Felícia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e a Comissão de Utentes tinham a certeza, junto do Secretário de Estado da Saúde que a

Extensão de Saúde da Quinta do Conde iria avançar no próximo ano logo que concluído o projecto, uma vez que faltavam as especialidades, e logo que a Câmara tivesse em seu poder os terrenos de modo a poder protocolar com a Secretaria de Estado da Saúde sobre aquela parceria para a obra ser posta a concurso. -----

-----Na reunião com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna onde falara sobre o Quartel da GNR, entregara-lhe um dossier e pusera-o ao corrente da importância que tinha para Sesimbra a construção do Quartel e o Secretário aceitara e dissera que de facto era verdade que era de todo o interesse a construção do Quartel da GNR porque Sesimbra merecia efectivamente que a Fortaleza fosse entregue ao Município e havia o compromisso do Secretário de Estado de no início do próximo verão a obra estar em condições de ser adjudicada. -----

-----Estava a aguardar a resposta do Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Obras Públicas com vista às obras das variantes e do nó desnivelado que eram obras com projecto em curso. -----

-----Quanto à saúde, em termos de prioridade, seria a Extensão de Saúde da Quinta do Conde e a seguir pressionar para que o Centro de Saúde de Sesimbra fosse também uma realidade porque iria permitir a uma instituição concelhia prestar outros cuidados aos jovens e aos idosos com o desocupar das instalações onde hoje o Centro de Saúde funcionava. -----

-----Seriam outras valências na área social que poderiam ser praticadas por uma instituição local que era proprietária do edifício onde funcionava o Centro de Saúde de Sesimbra. -----

-----Ontem realizara-se uma reunião da Junta Metropolitana onde fora aprovada uma Moção, por unanimidade, de repúdio quanto ao PIDDAC previsto para as Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa. Todos os presidentes de Câmara entendiam que existiam condições para que outras obras fossem incluídas em PIDDAC. Hoje estivera em Coimbra na reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses e fora aprovado um documento, por unanimidade e aclamação, com grandes intervenções de colegas de Câmaras e Assembleias Municipais de todos os quadrantes políticos, a criticar o facto do artigo 18 da proposta de lei do orçamento de estado para 2003 ser injusto, discriminatório e inadequado à realidade do País. Também fora exigido que fossem criadas condições para novos financiamentos para habitação social e também para obras co-financiadas pelos fundos comunitários. -----

----- O Governo para o orçamento para 2003 pretendia aumentar o seu endividamento em 25% e

para as Câmaras zero, 50 municípios não tinham possibilidade de recorrer a novos financiamentos, o que punha em causa a resolução de problemas na área da educação porque as Câmaras não podiam dar solução, punham em causa o financiamento ao movimento associativo, a habitação social e punham em causa tudo o que as Câmaras vinham em parte, a substituir a Administração Central. Tudo isto fora repudiado e aprovada uma Moção que seria entregue ao Governo e esperava que o bom senso ponderasse porque caso contrário os municípios estariam muito mal nos anos de 2003 e 2004. Era sabido que as verbas do Fundo Geral Municipal não eram suficientes, nem de longe, nem de perto, para as realidades dos Municípios face ao que estava a acontecer no País, que, do seu ponto de vista, de um problema financeiro estava-se a criar um problema económico. Não havia construção e por conseguinte a sisa baixava e as Câmaras não tinham possibilidade de recorrer a outras receitas, até porque quando o fazia era criticada. -----

-----Respondendo ao Membro Carlos Afonso disse que o Grupo Desportivo de Sesimbra solicitara dois técnicos da Câmara para integrar a comissão que analisara as propostas e fora esse o apoio que a Câmara dera.-----

-----Quanto ao Cabo Espichel informou que tivera uma reunião com o Director Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais na quinta-feira anterior à festa do Cabo, também tivera uma reunião com o Director Geral em que ele ficara responsável por uma reunião a três, o Presidente da Câmara de Sesimbra, o Secretário de Estado da Habitação que tinha o património e o Secretário de Estado do Turismo por causa da ENATUR, e por conseguinte estava a aguardar a marcação da reunião. Naturalmente que a Câmara não desistiria do Cabo Espichel e quem estivera nas festas este ano constataria a degradação que se verificara de um ano para o outro. As pessoas que visitavam a igreja assustavam-se pelo facto de encontrarem o Cabo Espichel a degradar-se daquela forma.. Quando fora tomada a decisão nada fazia prever que durasse tantos anos a converter o local.-----

-----Sobre o transporte de estudantes, o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o transporte dos trabalhadores da Câmara era feito há muitos anos, admitia que alguma situação pudesse ser revista. Havia muita gente a solicitar as viaturas e não se podia dar satisfação a todos os pedidos. -----

-----No que respeitava à iluminação do Pingo Doce tomara o devido apontamento. -----

-----Sobre o problema dos entulhos a Câmara ainda não conseguira, infelizmente, dar conta do problema. -----

-----Quanto ao futuro da Associação de Municípios o Presidente da Câmara disse que face à nova legislação sugeria que fosse criada a Área Metropolitana da Península de Setúbal para ver se de uma vez por todas se saía da Área Metropolitana de Lisboa, mas isso ficaria para outra ocasião. -

-----Relativamente às pescas estivera numa reunião com o Secretário de Estado das Pescas, naturalmente preocupado quanto à revisão da política comum de pescas que a presidência dinamarquesa queria fazer aprovar até ao final de Dezembro, e como se continuava a ter um sr. austríaco que se estava borrifando para os problemas das pescas, a ser aprovada a nova reforma da política comum de pescas, Portugal estava na eminência dos espanhóis invadirem as águas portuguesas. -----

-----Portugal juntamente com outros 5 países do mediterrâneo haviam-se unido no sentido das coisas se alterarem, no entanto, hoje quando lia alguma imprensa ficara preocupado porque o Secretário de Estado dizia "se perdermos assumiremos a derrota" e isto preocupava-o uma vez que ele lhe transmitira que havia falado com os produtores, com toda a gente a montante e a jusante da pesca, inclusivamente o Parlamento, haviam dado força ao governo para que tudo fizesse para evitar que a nova reforma viesse a ser aprovada. -----

-----Sobre a Capela do Espírito Santo o Presidente da Câmara explicou que solicitara uma reunião ao Director Regional que viera a Sesimbra e vira que era um perfeito disparate não se avançar com as obras e libertara 25% de uma fatia para obras que já estavam a concurso e no próximo ano esperava que já estivesse a funcionar o núcleo museológico de arte sacra na Capela do Espírito Santo. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Vice-Presidente** que começou por dizer que relativamente ao empréstimo de 5 milhões de euros, já havia sido mobilizado 3 milhões e meio de euros e dos 5 milhões de euros que se devia de dívida de curto prazo, capital a 31 de Dezembro de 2001, já foram pagos cerca de 4 milhões, ou seja, mobilizando apenas 3 milhões e meio de euros do empréstimo já se conseguira pagar 4 milhões dos 5 milhões da dívida de curto prazo de capital a 31 de Dezembro de 2001, o que significava que se tinha pago também por conta da dívida a 31 de Dezembro, com outras receitas que não as provenientes do empréstimo. Ainda existia uma almofada de 1,5 milhão de euros para pagar o restante da dívida de capital de curto prazo porque esses tinham que ser utilizados na relação remetida ao Tribunal de Contas, sobrando ainda para outros pagamentos. Naturalmente que isto não significava que só tinham sido feitos aqueles pagamentos, quer a título

da dívida quer a título de despesas que foram criadas posteriormente. -----

-----Relativamente à auditoria, alguns dos aspectos que pontualmente faziam parte da proposta feita pelos Vereadores do PSD numa das reuniões de Câmara, que de certa forma enumerava um conjunto de dados ou para colmatar a não realização da auditoria ou para que fizesse parte do pacote de informação que pudesse ser transmitida a toda a Câmara e à Assembleia Municipal, algumas dessas informações haviam sendo transmitidas ao longo do tempo, outras iam sendo colmatadas com documentos contabilísticos, financeiros e técnicos que entretanto iam sendo elaborados, relatório de actividades e conta de gerência, e estava-se neste momento a preparar uma informação que sintetizava uma resposta global a todas as questões colocadas ao nível do pedido de auditoria interna para se constatar que estavam ultrapassadas as questões suscitadas pelo pedido, portanto, ao mesmo tempo que não se gastara dinheiro com uma auditoria, os serviços foram na medida das suas possibilidades respondendo às questões que eram colocadas. A Câmara foi tendo informação de uma forma solta e agora os serviços iam fazer uma informação onde se sintetizaria tudo isso que seria apresentada à Câmara antes do início da discussão das Grandes Opções do Plano para 2003\2006 e eventualmente também a esta Assembleia Municipal, ou em conjunto com a discussão e votação do Orçamento ou ainda antes.-----

-----Usou depois da palavra o **Vereador Augusto Pólvora** que informou relativamente ao cruzamento do Marco do Grilo que como sabiam era uma estrada nacional e portanto da responsabilidade da administração central, o projecto defendido pelas Câmaras de Sesimbra e do Seixal era no sentido da criação de uma macro rotunda na zona e seria uma obra cara. O ICER colocou de lado porque não havia verba e acabara por optar por uma solução mais acessível economicamente e tinham sido as duas Câmaras a suportar exclusivamente os custos, que fora a semaforização do nó. A solução não era perfeita porque resolvera uns problemas e agravara outros. Nos primeiros tempos procurar-se-ia afinar os tempos de abertura do trânsito para um lado e para o outro para melhorar, e pensava que já se atingira aquilo que era possível em termos de equilibrar as entradas e saídas. Havia ainda a hipótese, mesmo com os semáforos, de introduzir algumas melhorias mas tinha que ser ouvida a opinião do ICER, que passava pela hipótese de se fazer alguns movimentos em simultâneo que permitiria fluidez no nó mas o problema essencial era um problema da capacidade de infraestrutura. Era obvio que a solução óptima era poder vir a introduzir futuramente a rotunda naquele nó podendo ainda fazer alguma melhoria em termos de traçado e

melhor encaixe de quem virava à esquerda. O objectivo essencial era evitar as filas intermináveis que se geravam nomeadamente no verão para quem vinha da Lagoa e da Quinta do Conde que não conseguiam entrar na estrada nacional porque o fluxo de tráfego no sentido de Sesimbra Lisboa não permitia qualquer entrada. Pensava que agora havia um bocadinho mais de democracia, todos esperavam, mas iam entrando.-----

-----Relativamente aos silos auto o Vereador explicou que um dos silos com 350 lugares estava em curso no empreendimento “Mar da Califórnia” e a informação de que dispunha da parte do promotor do empreendimento era que provavelmente no próximo verão estariam disponibilizados 200 lugares. Relativamente à outra situação que tinha a ver com um terreno existente entre o Hotel do Mar e o edifício junto ao restaurante “Camilo”, existia um processo a decorrer em tribunal de delimitação de propriedade entre o Eng. Rumina e a Câmara Municipal de Sesimbra , processo esse que numa primeira fase a Câmara ganhara, depois o Eng. Rumina interpusera recurso e o processo já se arrastava há dez anos. Tinham realizado algumas reuniões e esperava que se chegasse a um acordo quanto aos limites de propriedade, indo de encontro ao propósito da Câmara de construir um silo automóvel e garantir uma determinada capacidade construtiva ao Eng. Rumina. Se se confirmasse o acordo a Câmara estaria em condições de desenvolver o projecto. -----

-----Usou em seguida da palavra **a Vereadora Felicia Costa** que relativamente aos manuais escolares disse que a Câmara de Sesimbra não dava manuais escolares. Dava um subsídio às famílias carenciadas para aquisição de manuais escolares. No início do ano lectivo era pedido às escolas que fizessem um levantamento junto das famílias. As famílias preenchiam um formulário onde era explicitado o rendimento familiar e de acordo com a aferição das famílias mais carenciadas, mais fragilizadas em termos económicos, a Câmara atribuía um subsídio para aquisição de material escolar e de equipamento para o frio nomeadamente botas e capas para a chuva, para além do apoio que dava ao nível da acção social escolar e ao nível das refeições. Neste momento a Câmara estava a tentar estender o serviço de refeições ao maior número de escolas. A Câmara estava também a dar refeições a famílias carenciadas de forma gratuita. -----

----- Em relação aos transportes a Vereadora disse que a Câmara tinha uma rede de transportes escolares que todos os anos era elaborada em função daquilo que eram as directivas que vinham do Ministério da Educação no que respeitava ao apoio das autarquias. O regulamento dos transportes escolares de Sesimbra estava muito para além daquilo que era previsto pelo Ministério porque

estava a apoiar percursos sem a devida contrapartida pelo Ministério. Tendo em conta a tipologia do Concelho e a especificidade de algumas freguesias a Câmara entendia que os chamados percursos de risco deviam ser apoiados e muitas dessas situações não eram compartilhadas pelo Ministério. Outra situação que não estava prevista no Regulamento do Ministério era o transporte dos alunos que vinham da Quinta do Conde para a Escola Secundária de Sampaio, porque o Regulamento dizia que os alunos deviam ir para a escola mais próxima da área de residência, mas por sugestão dos pais da Quinta do Conde a Câmara resolvera apoiar porque entendera ser necessário estimular uma certa homogeneidade entre as freguesias do Concelho. Os alunos da Quinta do Conde pelas normas do Ministério da Educação teriam de ir para o Fogueteiro ou Azeitão. -----

-----Também não era obrigação da Câmara vinculada pelo Ministério apoiar, em termos de transportes, os alunos dos cursos educação-formação e estava a fazê-lo, nomeadamente aos alunos que vinham da Quinta do Conde para as Escolas 2,3 de Sesimbra, 2,3 de Santana, Secundária de Sampaio e Centro de Formação Profissional do Seixal. -----

-----Mas o problema fundamental era que não haviam transportes e acessibilidades no Concelho de Sesimbra capazes de satisfazer a totalidade das reivindicações dos Municípios, nomeadamente nas Freguesias da Quinta do Conde e do Castelo. -----

-----A Câmara estava a tentar resolver algumas das situações com a transportadora, nomeadamente criando percursos complementares à hora de almoço para permitir um melhor acesso dos municípios e dos alunos para o resto do Concelho, mas este era um problema que fugia à responsabilidade da autarquia e sendo uma transportadora privada tinha objectivos meramente economicistas porque quando se votava na privatização das empresas não se podia esperar que assegurassem o serviço público. -----

-----Relativamente à toxicodependência era um problema que preocupava bastante a autarquia que vinha fazendo um trabalho esforçado no sentido de apoiar e combater este fenómeno. A segurança social retirara o apoio que dava em termos financeiros para a contratação de uma técnica que faria o acompanhamento dos toxicodependentes após o processo de tratamento no âmbito da reinserção profissional porque a Câmara Municipal de Sesimbra através do PIADE, no âmbito da prevenção secundária, vinha tentando que aqueles municípios, após a desintoxicação, pudessem ser acompanhados e reinseridos profissionalmente. A partir de Agosto a Segurança Social retirou o apoio financeiro para a contratação da técnica, portanto se a Câmara quisesse continuar com o

trabalho que considerava importante teria que ser à sua custa. Também não havia comparticipação do Ministério da Saúde para o apoio psicológico quer aos toxicodententes quer às suas famílias cujo contrato não fora renovado, a não ser que a Câmara Municipal de Sesimbra, mais uma vez, avançasse para a contratação a expensas próprias e exclusivas.-----

-----Para além destas preocupações iria ser presente à próxima reunião de Câmara uma proposta para assinatura de um protocolo com o Instituto Português da Droga e da Toxicodependencia de um plano municipal de prevenção primária que iria ser desenvolvido em 2 frentes, ao nível das escolas do primeiro ciclo em colaboração com a “ARISCO”, instituição reconhecida pelo seu trabalho, o outro nível seria em colaboração com a Cercizimbra que seria a parceira da Câmara Municipal, para trabalhar com população de risco que já não estava nas escolas, portanto em trabalho de rua. Hoje lera um artigo onde era referido que Portugal era o País que tinha maior índice de abandono antes do final da escolaridade obrigatória que era um problema reconhecido ao nível da educação no concelho de Sesimbra. Estes jovens estavam muitas vezes desengajados e desmotivados. Não estavam encaixados em situações de profissionalização e estavam muito perto de franjas de delinquência, cujos indicadores já eram alarmantes especialmente na Quinta do Conde e Bairro da Almoinha. Este protocolo era no sentido de combater a toxicodependência antes dela se manifestar, porque pensava que era aí que a Câmara devia incidir as suas armas e desenvolver esforços. -----

-----**O Vereador Alberto Gameiro** respondendo à questão sobre a construção nas Fontainhas disse que a obra tinha sido alvo de um processo de embargo, já tivera vários processos de contra-ordenação e neste momento, por desrespeito do embargo o assunto havia sido remetido para tribunal. -----

-----Sobre os abrigos disse que estava uma firma encarregue de substitui-los pelo que iria saber porque é que ainda não tinham sido todos substituídos. -----

-----**O Membro Américo Gegaloto** relativamente ao problema da toxicodependencia disse que dado o trabalho que desempenhava profissionalmente estava sempre disponível para tentar encontrar as soluções possíveis dentro do que era viável.-----

-----Usou depois da palavra o **Membro Ricardo Simplício** que esclareceu que relativamente ao PIDDAC o PSD concelho estava a desenvolver todos os esforços junto das entidades oficiais, do Grupo Parlamentar do PSD e da comissão política distrital no sentido das obras já referidas e de outras, como era o caso do Centro de Estudos Raio de Luz, serem incluídas no PIDDAC.-----

----- No entanto havia a consciência das dificuldades que o País atravessava que só seriam ultrapassadas com alguns sacrifícios.-----

-----Foram seguidamente suspensos os trabalhos por breves minutos.-----

-----Recomeçados os mesmos o **Membro Miguel Bastos** apresentou a sua Moção sobre o PIDDAC reformulada da seguinte forma:-----

-----"A Assembleia Municipal de Sesimbra vê com apreensão, não constarem do PIDDAC de 2003, projectos que se encontravam inseridos no de 2002 e que se assumem de prioritária importância para o desenvolvimento do Concelho, alguns até com protocolos assinados e concursos abertos e projectos em fase terminal nomeadamente: A Escola Básica Integrada da Boa Água; o Quartel da GNR de Sesimbra; o Centro de Saúde de Sesimbra; as variantes ao Porto de Abrigo e a Santana; o nó desnivelado da EN 10 na Quinta do Conde, o ordenamento do porto de abrigo, bem como outros que têm vindo sucessivamente a ser contemplados e não concretizados.---

-----Assim sendo a Assembleia Municipal solicita por isso aos Órgãos do Poder Central que o PIDDAC de 2003, possa contemplar as referidas obras de forma a poder ser assegurado o desenvolvimento do nosso Concelho, nessas áreas de intervenção."-----

-----O **Membro Carlos Filipe** disse que não estava referido em concreto o que é que a Assembleia queria que fosse considerasse em PIDDAC, o que não fazia muito sentido.-----

-----O **Membro Odete Graça** disse que considerava importante chamar a atenção para o seguinte: primeiro para o impedimento do desenvolvimento normal das próprias obras, sendo que elas já estavam numa fase quase irreversível, e em segundo para algumas obras que simplesmente haviam desaparecido.-----

----- O **Membro Carlos Filipe** disse que a proposta inicial apontava caminhos, prioridades e obras em concreto e era objectiva nas exigências que fazia, a sua transformação tornava a moção abstracta e vaga, as outras obras podiam ser 30 ou 50.-----

-----O **Membro Miguel Bastos** retorquiu dizendo que enquanto representantes da população que os elegera a sua Bancada manifestara preocupação ao não ver contempladas no PIDDAC obras que considerava prioritárias e solicitar que reavaliassem os processos por forma a que algumas delas pudessem vir a ser contempladas. Fora dentro daquele espírito que a proposta fora feita e objectivando determinados parâmetros para serem claros. A Bancada da CDU propusera acrescentar algumas frases, mas na verdade concordava com o Membro Carlos Filipe relativamente à última

parte porque se dispersava um pouco. Assim solicitava à CDU que retirasse aquele ponto ou objectivar porque aquele número de itens não significava que se reivindicasse todos mas que quem de direito os analisasse e visse quais seriam possíveis. -----

-----**O Membro Odete Graça** disse que o que estava em causa era encontrar uma expressão comum e uma vontade comum relativamente a um objectivo comum que era o Concelho e nessa perspectiva, a sua Bancada assumia que a proposta não devia ter nenhuma objecção a que todos tivessem uma posição positiva relativamente à mesma, e se efectivamente as alterações propostas pela sua Bancada não eram claras, nomeadamente a expressão “bem como outros” a sua Bancada retirava-as. A vontade da CDU era que a proposta fosse eficaz. -----

-----**Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção atrás transcrita sobre Amina Lawal apresentada pela Bancada da CDU, tendo merecido aprovação unânime.** -----

-----**Seguidamente colocou à votação a proposta apresentada pela Bancada do PS relativamente ao PIDDAC 2003, atrás transcrita tendo igualmente merecido aprovação unânime.** -----

-----**O Membro Carlos Filipe** prestou, em nome da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS.PP, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“O PSD votou a favor da moção apresentada porque entende que efectivamente o conjunto de obras ali descritas eram consideradas, também pelo PSD, como obras prioritárias para o Concelho, aliás não eram só estas, existiam outras obras que também considerava prioritárias, mas em todo o caso a sua Bancada queria ressaltar a posição que mantivera durante a discussão da moção e dizer que considerava que os objectivos em termos de valor consagrados no PIDDAC, eram os que de momento a sua Bancada considerava como comprometimento do Governo para serem cumpridos, ou seja, um investimento na ordem de 1.909.750 € que é o comprometimento base que a sua Bancada considerava que devia ser obrigatoriamente investido pelo Governo neste Concelho. -----

-----Era evidente que a aprovação da introdução daquelas obras não devia ser um pretexto para que o valor de investimento fosse efectivamente gasto no concelho e da mesma forma que o PSD afirmara, estava disponível para defender uma posição verdadeiramente frontal contra ou a favor para que o investimento se efectivasse. Portanto o PSD para o ano ali estaria para, ou se congratular

pelo investimento, ou para protestar por não ter sido cumprida uma promessa de investimento de um valor considerado pelo próprio Governo como razoável para introduzir em PIDDAC.-----

-----Encerrado o Período de “Antes da ordem do Dia”, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou à Ordem de trabalhos, declarando aberta a discussão do ponto 1. **Desafectação do domínio público para o domínio privado municipal - parcela de terreno com a área de 62,5 metros quadrados cedida do lote 772 da Boa Água 1**-----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Filipe** que disse querer reafirmar o que já dissera numa sessão anterior que considerava que os processos de domínio público municipal para domínio privado da Câmara deviam ser objecto de uma única deliberação por parte da Assembleia Municipal, ou seja, a Câmara Municipal devia trazer o conjunto de processos e de lotes que tinha nestas condições para que a Assembleia Municipal de uma vez por todas pudesse ajudar a Câmara Municipal a endireitar o seu património de uma forma correcta. Não fazia sentido a Câmara estar constantemente a solicitar aquele tipo de autorização, revelava falta de método de trabalho e desorganização. Esperava que fosse a última vez que a Câmara apresentava a proposta nestes termos isolado.-----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o presente processo dera entrada nos serviços da Assembleia Municipal, dias antes da última tomada de posição sobre um processo idêntico.-----

-----O **Vereador Alberto Gameiro** disse que as situações eram detectadas à medida que os promotores iam solicitando autorizações de construção, em zonas de moradias em banda ou de quatro pisos. Poderia ver junto dos serviços se existiriam situações pendentes que ainda não tivessem sido levantadas pelos promotores e se seria possível agrupá-las e virem em conjunto à Assembleia Municipal.-----

-----O **Membro Júlio Joaquim** disse que alguém tinha que assumir os erros. Quando eram cedidas parcelas para domínio público era para ter uma aplicação de domínio público, e se calhar as pessoas sentir-se-iam enganadas ao verem o terreno cedido passarem para domínio privado da Câmara, portanto havia alguma coisa que não estava a bem, até porque a Assembleia Municipal estava a corrigir um erro de um Plano de Urbanização que já caducara. Era preciso cuidado no tratamento do processo.-----

----- O **Presidente da Câmara** respondeu que desconhecia de quem tinha sido o lapso, poderia

tentar averiguar e depois informar a Assembleia. -----

-----**O Membro Júlio Joaquim** disse que uma vez que não estava esclarecido ausentar-se-ia da sala para não participar na votação.-----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta da Câmara, tendo sido deliberado, por unanimidade, autorizar a desafectação da parcela de 270,00 m2 que se encontra afecta ao domínio público, a área de 62,5 m2 para o domínio privado a acrescentar à área de 36,00 m2 que já se encontra na posse do Município. Neste sentido a parcela com a área de 98,50 m2 para domínio privado ficará a confrontar a Norte com a Via Pública, a Sul com o lote 771, a Nascente com o lote 772 e a Poente com a Via Pública, e passará a designar-se por 772-A.**-----

-----Declarou em seguida aberta a discussão do ponto 2 da Ordem de Trabalhos **Lançamento de derrama sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) para o ano de 2003**, tendo informado que o assunto baixara à Comissão “B” mas não tivera oportunidade de reunir.-----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Afonso** que disse que matérias como o lançamento da derrama, o novo tarifária da água, eram debates quase silenciosos porque a Câmara e a Assembleia Municipal ao darem o aval ao empréstimo de um milhão de contos tinham ficado obrigados, até ao ano de 2014 a ter que aprovar. Os actuais eleitos tinham assumido uma responsabilidade política e civil. Portanto em relação a estas matérias não havia nada a dizer, só tinham era que ser aprovados, restava apenas argumentar. A Câmara argumentava dificuldades económicas para fazer face a algumas obras e era óbvio que o dinheiro que a Câmara iria usufruir com o lançamento da derrama era apenas uma parte do que lhe competia participar nas obras porque ao se aprovar o empréstimo de um milhão de contos contemplava também uma grande parte para estas obras. Assim perguntava à Câmara qual era o conjunto de medidas tomadas pelo executivo que visavam a contenção dos gastos correntes para não se andar só a reboque dos aumentos e qual era o resultado da procura de novas fontes para financiamento de investimentos onde a envolvente financeira por parte do Município pudesse ser quase zero para não dizer nula. Estas perguntas eram referenciadas pela própria técnica na informação que constava do processo, e que implicava alguma reflexão para que não se estivesse até ao ano de 2012 a aprovar derramas e aumentos de tarifários e por vezes com percentagens acima da inflação.-----

-----Desde 1997 até ao presente a gestão com predominância do PS só em termos de derrama já arrecadara verbas que rondariam o meio milhão de contos, não queria com isto dizer que a Câmara tenha desbaratado o meio milhão de contos, mas era para reflexão.-----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que infelizmente o processo da derrama era inútil porque recaindo a derrama sobre 10% da colecta do IRC para o ano de 2003, estando as empresas como estavam e a economia como estava tinha sérias dúvidas que o valor que viesse a ser cobrado na derrama, ainda que houvesse alguma retoma, fosse algo de significativo.-----

-----Pela documentação recebida constatava que a Câmara não estava a avaliar bem as receitas, porque era referido que em 2002 ía arrecadar 475 mil euros e em 2003 504 mil euros da derrama. Pensava que havia um excesso de confiança por parte do Município em atingir valores que na realidade não atingiriam, o que significava que o investimento que se pretendia realizar com o produto das derramas poderia eventualmente ficar comprometido.-----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que a derrama era um mal inevitável, as receitas da autarquia iam diminuir significativamente até pela política de contenção que o poder central estava a impor e quanto a isso não haviam dúvidas e que era necessário procurar fontes de financiamento para a autarquia e por outro lado era óbvio que a autarquia contava com a actividade fiscalizadora do Governo de fuga aos impostos e ia conseguir concerteza que o IRC das empresas fosse mais alto conforme o Governo prometera de forma a que a derrama pudesse atingir aqueles valores .-----

-----**O Vice-presidente** disse que os dados que dispunha apontavam para uma situação contrária àquela que era a projecção negativista do Membro Carlos Filipe, era óbvio que a derrama de 2002 não iria duplicar a derrama de 2001, mas tudo levava a crer que se conseguisse chegar próximo do valor estimado. Também fazia prever que se as empresas não encontrassem artifícios extras para fuga ao fisco e não encontrarem da parte das políticas económicas do Governo argumentos para lhe fugirem, tudo levaria a crer que a situação se pudesse equilibrar. Com o que se investia ao nível da máquina fiscal e os mecanismos de incentivo da não fuga ao fisco, de certo haveriam passos significativos e as Câmaras assim como o Governo Central beneficiariam.-----

-----A Câmara nos últimos anos conseguira arrecadar cerca de meio milhão de contos de derrama o que muito contribuía para ajudar à realização de obras e investimentos.-----

-----Respondendo ao Carlos Afonso disse que se calhar daqui a 10 anos aquele Membro estaria a falar do plano do empréstimo para votar a derrama. Não era de agora que a Câmara de Sesimbra

lançava derramas assim como não era a única do País, se calhar 300 câmaras do País tinham derramas. Por exemplo a Câmara de Palmela tinha uma receita fabulosa de derrama devido às empresas e indústrias lá instaladas. -----

-----Outro pormenor que também era importante era o facto de os subsídios pagos às empresas de pesca por causa da paragem das frotas que operavam em Marrocos faziam com que estas empresas apresentassem lucro, coisa que raramente acontecia e foram colectadas em IRC e também isso provocara uma derrama. -----

-----Qualquer Câmara que estivesse a gerir os destinos do Concelho, no momento em que pudesse deixar de lançar a derrama, deixaria, provavelmente isso seria uma utopia porque se calhar haveriam sempre argumentos para justificar o contrário. Assim como se as Câmaras pudessem colocar a taxa da contribuição autárquica em 0.8 não aplicariam uma superior, desde que houvesse uma possibilidade de financiar as autarquias diferente da que tinha havido até aqui. -----

-----O País tinha que pensar sobre a forma de financiar as autarquias, porque passava-se a vida a dizer que só se via construção mas se não fosse o produto das taxas e das licenças dos loteamentos e obras as Câmaras não tinham receitas. Esta era a realidade principalmente nos Concelhos do litoral.

-----Relativamente às novas fontes alternativas de financiamento e às medidas de contenção de despesas, o Vice-Presidente respondeu que haviam medidas postas em prática com resultados palpáveis que a Assembleia poderia verificar na apresentação das Contas. A Câmara procurava não pôr em causa as expectativas criadas por exemplo aos trabalhadores da Câmara mas era pedido a todos um esforço adicional no sentido de alguma redução do trabalho extraordinário, e isto estava a ser conseguido mas à custa de menos serviços prestados à população. Tinham havido brigadas que não puderam sair todos os sábados para a rua, passaram a sair ou metade ou um terço. A redução de trabalho extraordinário implicava um menor consumo de combustível e energia. -----

-----Os próprios subsídios correntes a instituições e colectividades haviam sido reduzidos substancialmente. -----

-----O esforço não era fácil porque as despesas correntes, os gastos de funcionamento das câmaras eram despesas de muito fraca elasticidade, toda a gente sabia isto mas falar era fácil, fazer é que era mais difícil. -----

-----Relativamente às novas fontes de financiamento a Câmara estava a trabalhar nesse sentido. Estava a trabalhar no sentido de criar taxas de saneamento onde toda a gente teria que colaborar de

uma forma menos penalizadora possível mas que fosse entendido pelas pessoas que era uma mais valia para elas próprias.-----

-----**O Presidente da Câmara** acrescentou que era normal que a Assembleia Municipal pretendesse ficar esclarecida para votar conscientemente, mas no Período de Antes da Ordem do Dia vira-se a necessidade de financiamentos para obras importantes de que o Concelho estava necessitado, e fora aprovado por unanimidade a Moção de chamada de atenção ao Governo para que as obras fossem contempladas em PIDDAC. Como era sabido Sesimbra tinha uma população residente que não chegava a 40 mil habitantes, mas tinha que construir infraestruturas não só para esses mas para todos aqueles que visitavam Sesimbra durante o fim de semana e aqueles que tinham no Concelho uma segunda habitação, que eram sempre bem vindos. Se a Câmara de Sesimbra que era penalizada no Fundo de Gestão Municipal pelo facto de ter pouca população, perguntava onde é que a Câmara ía buscar dinheiro para fazer infraestruturas. Era obvio que a Câmara tinha que poupar, tinha que ter cuidado em não haver gastos supérfluos, mas tinha que recorrer ao imposto ao qual a Câmara sempre tinha recorrido e iria apresentar em Outubro a fixação da contribuição autárquica se calhar pela taxa máxima porque estas verbas eram importantes para se fazer alguma coisa com vista ao desenvolvimento do Concelho.-----

-----Sobre a taxa de saneamento o Presidente da Câmara acrescentou que a Câmara, a administração central e a união europeia haviam participado nas ETAR's que tinham manutenção e davam melhoria de qualidade de vida e isso tinha que ser pago. -----

-----A proposta de lançamento de derrama não era mais do que uma prática corrente em todas as Câmaras do País. Se de facto os valores previstos eram inflacionados ele estava em crer que melhores dias viriam porque mal de todos se não se desse um passo qualitativo com vista à economia do País. -----

-----**O Membro Júlio Joaquim** disse que contrariamente ao que o Vice-Presidente referira, o funcionamento da ETAR na Quinta do Conde não contribuíra em nada para a melhoria do meio ambiente. Deviam-se habituar a tratar com seriedade os problemas sérios. -----

-----**O Presidente da Câmara** disse que tratava todos os assuntos com seriedade e não escondia que o tratamento que estava a ser feito na ETAR da Quinta do Conde era primário quando em Sesimbra era terciário, e se a Câmara não tivesse verbas para investir na ETAR da Quinta do Conde com vista ao tratamento secundário então ir-se-ia de mau para pior. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que existia hoje um princípio que era o princípio do utilizador pagador, que se aplicava a tudo. Era evidente que não se podia ter ETAR's, saneamento, água corrente, boas estradas sem se contribuir. Todos tinham que contribuir mas na medida do razoável. Pelas intervenções havidas todos estavam conscientes da necessidade da derrama, embora em altura de “vacas gordas” tivesse questionado a necessidade de lançamento de derrama, mas a Câmara que hoje tentava fazer o papel da formiga, em tempos fizera o da cigarra e o PSD criticara a forma como a Câmara estava a gerir o orçamento e rendimentos. Hoje a Câmara estava em apertos, mais do que aquilo que devia estar e a Bancada do PSD considerava a necessidade da Câmara Municipal ter receitas. -----

-----Já quanto à afirmação de que a Câmara estava a fazer contenção considerava que a mesma, relativamente aos trabalhadores, não era igual para todos, porque se a alguns era exigido sacrifício, na Assembleia Municipal haviam sido aprovados benefícios a outros, aos cargos dirigentes. Todos deviam ser sacrificados, os munícipes porque tinham alguma resolução de serviços mas todos deviam poupar.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que era obvio que o lançamento da derrama era uma competência da autarquia e que a Câmara de Sesimbra sempre lançara, mas estaria ali para verificar as contas e ver o resultado da contenção das despesas. -----

-----Perguntou depois se era utópico que um munícipe se candidatasse a cabeça de lista à autarquia, ganhasse e colocasse no programa eleitoral que em virtude da situação económica do país e do mundo, incentivava os empresários a investirem no Concelho porque nos 2, 3 anos seguintes não pagariam derrama.-----

-----Quanto à afirmação do Vice-Presidente de que era fácil falar, o difícil era fazer, ele perguntava quem é que tinha aberto essa facilidade.-----

-----Usou depois da palavra o **Membro Miguel Bastos** que acrescentou que na zona do Concelho onde habitava só alguns caixotes de lixo eram recolhidos diariamente e achava bem porque os latões não ficavam cheios todos os dias, e esta era uma forma de contenção de despesas. -

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta da Câmara Municipal tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar o lançamento da derrama de 10% sobre a colecta do IRC para o ano de 2003, cujo produto se destina a co-financiar a quota parte do investimento municipal nas**

seguintes obras: Biblioteca / Cinema Municipal, Pavilhão Municipal da Quinta do Conde e Cemitério Municipal da Aiana. -----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** abriu o **Período de “Intervenção Aberto ao Público”**, tendo usado da palavra o **Munícipe António Vieira** que falou sobre a passagem de veículos pesados superiores a 5,5 t, em 2 sentidos, na rua denominada “Fonte da Maçã” onde residia que causava grandes inconvenientes a todos os moradores, tendo em seguida pormenorizado os transtornos causados. -----

-----Usou depois da palavra a **Munícipe Rosário Campino** que também falou sobre o mesmo assunto, tendo colocado as seguintes questões à Câmara: -----

-----Nas tomadas de decisão que envolviam os direitos dos munícipes prevaleciam as questões económicas ou as questões de justiça e dos direitos das pessoas? -----

-----Fora ou não emitido um alvará de loteamento no Quartel do Onze que licenciara as moradias que lá existiam? Fora ou não vedada a estrada ao trânsito de pesados durante mais de 1 ano, entre 2000 e 2001 e outrora até a veículos com mais de 3,5 t? -----

----- Porque razão estava agora aberta a passagem a pesados nos dois sentidos quando eles nem lá cabiam, porque numa rua com 5,45 m de largura não passavam 2 camiões. -----

----- Porque razão esta estrada havia sido escolhida para levar com 2 sentidos de camiões quando na Maçã todas as outras ruas com as características daquela estavam fechadas ao trânsito de pesados?-----

----- Tendo o Sr. Presidente da Câmara e o Vereador Augusto Pólvora garantido o encerramento da via aquando da conclusão da rotunda nova de Santana, porque razão a via ainda não estava fechada? Para quando está previsto o seu encerramento? -----

-----Falou depois o **Munícipe José Anselmo**, que em representação da Liga dos Amigos da Quinta do Conde se referiu ao projecto do anfiteatro da Boa Água e às reuniões que a Liga já realizara sobre o assunto, já manifestadas na sessão da Assembleia Municipal de 20 de Setembro --.

-----Disse depois que a Liga tivera uma reunião com os técnicos da REFER sobre os acessos da Quinta do Conde à estação ferroviária de Coina, uma vez que o projecto apresentado estava de costas viradas para a Quinta do Conde. Os habitantes que quisessem apanhar o comboio teriam que vir à Estrada Nacional 10 com todos os problemas que ela tinha.-----

-----Os técnicos da REFER haviam dito que se a proposta da Liga tivesse sido apresentada à um

ano e meio atrás ela poderia ser viável mas de momento era complicado. No entanto a Liga estava a pressionar junto da REFER assim como da Secretaria de Estado de Transportes e Comunicações no sentido da Quinta do Conde poder chegar à estação pela via proposta pela Liga. -----

-----Apelava à Assembleia Municipal no sentido de enveredar esforços para que a Quinta do Conde pudesse ser bem servida, até porque não seria uma obra muito cara, apenas prolongar uma rua fazendo um espaço de estacionamento do lado de cá da auto-estrada, com uma via, ou aérea ou por túnel apenas para peões. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o processo sobre a REFER que a Liga enviara à Assembleia Municipal baixara à Comissão Especializada que o iria apreciar.-----

-----Usou depois da palavra o **Munícipe Manuel Barros** residente na Freguesia da Quinta do Conde-que disse que o admirava a questão apresentada pelo Munícipe anterior uma vez que já havia sido esclarecida pela Junta e já por várias vezes e em diversos locais tinha sido apresentada.

-----Falou, depois o **Munícipe Vitor Antunes**, residente no lote 770 da Quinta do Conde, que perguntou se a deliberação tomada no primeiro ponto da ordem de trabalhos não seria para duplicar a área dos lotes que confinavam com o seu, e nessa eventualidade, ele poderia vir a ter um bloco de 4 pisos com 14 ou 15 metros de altura encostado ao seu muro. -----

-----O **Vereador Augusto Pólvora**, relativamente à questão colocada sobre a estrada que ligava a Maçã às Pedreiras disse que os moradores da rua tinham conhecimento dos esforços que a Câmara desenvolvera para minorar o problema. Reconhecia que a estrada não tinha o perfil adequado para a circulação de camiões nos dois sentidos. Aquela estrada sempre fora utilizada por camiões e aliás havia sido inicialmente financiada pelas pedreiras, muito antes de ter sido aprovada a urbanização que a munícipe referira. Também era verdade que nessa altura não havia o trânsito de camiões que existia hoje.-----

----- Quando fora concluída a variante à Aldeia das Pedreiras que retirara o trânsito pesado do centro da Aldeia, numa estrada que tinha características similares àquelas da rua “Fonte da Maçã”, nessa altura fora fechado o trânsito na rua agora em questão mas fora uma situação temporária e depois reaberta. -----

-----A primeira vez que os moradores da Rua da Fonte da Maçã haviam solicitado uma entrevista para falar sobre o assunto, fora no mandato passado. A situação que havia era que havia um sinal de proibição a 3,5 t mas que não era respeitado pelos camionistas que passavam num e noutro sentido e

o que se tentara fazer fora numa primeira fase introduzir um sentido único, Pedreiras/Maçã, que melhorara a situação. Posteriormente introduzira-se uma limitação até às 22 horas para o trânsito pesado, portanto entre as 22 horas e as 6 da manhã, apesar de ser difícil de garantir porque não havia fiscalização ao horário. -----

-----No entanto, em determinada altura, outros grupos de moradores haviam-se dirigido à Câmara nomeadamente os residentes do Covão que levavam com todos os carros que saíam das Pedreiras, enquanto que pela estrada da Fonte da Maçã só passavam os carros que vinham da pedreira de cima, da Serra da Achada, e os moradores da estrada do Covão também eram penalizadas com os carros que vinham de Lisboa. -----

-----Tudo isto para explicar que era uma situação complicada. As pedreiras existiam, estavam licenciadas e os camiões utilizavam estradas municipais. A Câmara tentava minorar as situação. ----

-----Era verdade que em determinada altura a situação se agravara fruto das obras que decorreram na rotunda do “Pingo Doce” , porque houve um abatimento da estrada nacional que criara um estrangulamento complicado em relação ao trânsito e nessa altura a rua da Fonte da Maçã fora reaberta aos dois sentidos porque não haviam condições para se cruzarem dois camiões naquele ponto e ficara a promessa de que logo que a obra da rotunda do Pingo Doce estivesse concluída de voltar a ser apenas de um sentido. -----

-----A promessa não fora de retirar completamente o trânsito mas sim de retomar a situação de um sentido. A possibilidade de retirar completamente o trânsito passava pela concretização da tal variante na zona do Covão, que era uma obra bastante cara e que teria de ter o acordo dos proprietários dos terrenos. A Câmara não incluía a obra em Plano de Actividades de 2002. -----

-----Portanto o que era razoável para a situação exposta seria voltar a ter um sentido único. -----

-----O **Presidente da Câmara** acrescentou que iria ver junto dos serviços para quanto antes a rua em questão tivesse um só sentido, porque retirar o trânsito a Câmara não o poderia fazer porque iria criar situações de conflitos com outros moradores.-----

-----Respondendo depois ao Sr. José Anselmo disse que ficava satisfeito por ter sido criada a Liga dos Amigos da Quinta do Conde e achava bem que fosse dinâmica e fizesse um esforço no sentido de ver melhoradas as condições de vida na Quinta do Conde, mas a sua acção não devia colidir com os órgãos autárquicos, em especial com a Câmara devido principalmente, à forma como as pessoas intervinham. -----

-----Como já informara a Liga, a Câmara não dispunha de instalações para ceder para a sede nem estava em condições de atribuir subsídios à Liga, porque era jovem e não fizera nada que justificasse a atribuição de subsídio, tanto mais que o movimento associativo era um dos sectores onde a Câmara tinha grandes dificuldades em satisfazer as suas necessidades dada a contenção de despesas. -----

-----Sobre o anfiteatro da Boa Água agradecia ao Município Manuel Barros a sua intervenção. ---

-----Quanto à intervenção do Município Vitor Antunes respondeu que compreendia o seu desalento mas a informação de que dispunha era que realmente aquela zona era destinada a blocos de 4 pisos de acordo com o Plano em vigor e da proposta de revisão. -----

----- Encerrado **o Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura. -----

-----Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram duas horas e quinze minutos do dia 19 de Outubro. -----

-----Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos Membros que o desejarem fazer. -----